



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140759 - AL (2021/0000666-7)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : ROBSON DOS SANTOS GUIMARAES
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
CORRÉU : ANGELICA SOARES DA SILVA
CORRÉU : DAVIDSON JERÔNIMO DA SILVA

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por ROBSON DOS SANTOS GUIMARAES contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS (08052920420208020000).

Consta dos autos que o recorrente foi preso em flagrante na data de 8 de fevereiro de 2019 em razão da prática dos crimes previstos nos arts. 33, caput, e 35 da Lei 11.343/2006; e 244-B do CP. Posteriormente, a prisão foi convertida em preventiva.

Alega o recorrente que a segregação processual, despida de fundamentação idônea, não preenche os requisitos autorizadores da prisão preventiva, e que seriam suficientes as demais medidas cautelares não-prisionais previstas no art. 319 do CPP.

Sustenta, por último, excesso de prazo na formação da culpa, uma vez que se encontra preso provisoriamente há mais de 1 ano e 8 meses sem a instrução processual ter sido concluída.

Requer a concessão da ordem, liminarmente, para que seja colocado em liberdade até o julgamento final do presente recurso.

No mérito, pugna que o presente recurso seja julgado integralmente procedente, confirmando-se a decisão liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente